

Burocracia e Estado do Capital Pós-Capitalista¹

Maria Cristina Soares Paniago²

1. Introdução

A questão da burocracia e do Estado moderno extrapola a forma capitalista e vai além desta, pois exhibe conteúdos ainda mais inquisidores na forma soviética que o Estado pós-revolucionário adotou a partir da revolução socialista de 1917.

A Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, colocou, pela primeira vez, em xeque a perenidade do capitalismo mundial e a naturalização das relações humanas subordinadas à reprodução histórico-social fundada na relação-capital, tão propaladas por seus mais renomados ideólogos. O modo como a sociedade capitalista

¹ Artigo publicado na coletânea *Mészáros e a Crítica à Experiência Soviética* (Instituto Lukács, São Paulo, 2017)

² Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa.

vinha organizando a relação homem-natureza, visando a produção das condições materiais de existência social, na qual a enorme maioria dos seres humanos se via subordinada à relação assalariada (único meio de garantir sua sobrevivência), mostrava então - início do século XX - a incapacidade de se conciliar os interesses capitalistas, à época em guerra pela divisão da acumulação mundial do capital, e a insuficiência do progresso capitalista em contemplar com seus benefícios materiais a ampla massa de trabalhadores do mundo.

Na Rússia, um país ainda em fase incipiente de desenvolvimento capitalista, sob o comando político do czarismo e inserido de forma subordinada nos interesses capitalistas dos países da Europa Ocidental, tais contradições, que cobravam um alto preço da classe produtora (camponeses e operários), favoreceram a constituição de uma revolta generalizada contra o atraso pré-capitalista e o despotismo político da velha monarquia imperial russa.

A revolução que resultou na derrubada do Estado czarista, e na instauração do poder político com base no proletariado, teve de enfrentar o desafio de, na ausência da esperada revolução mundial, sustentar a consolidação da primeira experiência revolucionária com finalidades socialistas, no século XX, de forma isolada; além de contar com condições internas marcadas pela imaturidade das relações capitalistas, as quais determinavam, nas relações externas, a inserção subordinada da Rússia, sob a predominância dos países capitalistas avançados, no cenário mundial.

Ainda hoje, há quase 100 anos desses tempos revolucionários, não se chegou a uma avaliação crítica profunda o suficiente para se explicar as diversas fases pelas quais passou a Revolução Russa: da explosão genuína da revolta dos trabalhadores em 1917 à era da consolidação burocrática stalinista, e da eliminação de toda oposição ao projeto de “socialismo em um só país”, bem como ao fracasso da democratização política, com o retorno das relações capitalistas sob “controle” do Estado Soviético, anunciado pela Perestroika e pela Glasnost, nos anos 80.

O que se pode observar ainda hoje é a confusa relação entre o respeito e o reconhecimento do enorme valor histórico que a Revolução de 1917, inegavelmente, contém para a luta pela emancipação dos trabalhadores, na mesma senda anteriormente traçada pela Comuna de Paris, e a necessidade, na melhor tradição

marxista, do exercício da crítica e da autocrítica da história da luta de classes. A Revolução Russa ocupa, hoje, um lugar quase mitológico para os “revolucionários” no mundo, pois vemos quão incapazes foram de realizar um aprofundamento crítico do conjunto articulado de elementos objetivos e subjetivos que colaboraram para o fracasso da construção de uma alternativa socialista ao capitalismo, naquele começo do século XX.

O retorno desastroso, para os trabalhadores, ao capitalismo, e o destroçamento da “unidade” das repúblicas soviéticas sob o comando da Rússia, que observamos a partir do final dos anos 80 do século XX, foram recebidos com enorme espanto por aqueles que sempre defenderam a União Soviética como representante do socialismo no mundo, que resistiram (e justificavam), diante das inúmeras e crescentes contradições, em ver que ali não se avançava para a emancipação dos trabalhadores, mas se aprofundava a “acumulação socialista” com a exploração política dos trabalhadores, sob o despotismo político do Estado soviético.

É comum se apontar como as razões que explicam a evolução regressiva das conquistas revolucionárias iniciais e o fracasso da revolução socialista (com o retorno do capitalismo): as traições de seus líderes, a burocratização do Estado soviético e o cerco dos países capitalistas avançados. Deixa-se de se considerar o peso determinante das condições sociais e econômicas existentes na Rússia e dos novos caminhos abertos, à época, para a expansão capitalista mundial, em níveis nem sequer imaginados no início do século XX, inviabilizando as condições objetivas e subjetivas para uma revolução proletária mundial.

Nada mais oportuno que no século XXI, com a aproximação dos 100 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917 e a mudança qualitativa que a crise estrutural do capital tem provocado nos confrontos de classes, que nos voltemos ao exame crítico, sem censura autojustificadora, de uma perspectiva revolucionária ainda por se realizar, mas que não pode prescindir das lições possíveis de ser extraídas das revoluções dos trabalhadores no passado.

Com a crise estrutural coloca-se em um novo patamar o confronto entre projetos sociais alternativos, entre a minoria que insiste em manter a ordem do capital e sua reprodução alienada e destrutiva dos homens e da natureza, e a massa de trabalhadores que começa a perceber que o trabalho assalariado, como

sustentação da reprodução social sob o domínio do capital, está inviabilizando, progressivamente, a possibilidade de sua existência social. A questão de uma alternativa revolucionária volta a se colocar na agenda histórica, desta feita como uma necessidade histórica à tendencial incapacidade do capital de resolver suas próprias contradições, tornando-se uma trava às possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas e ao atendimento das necessidades sociais, ameaçando, com uma tendência de destruição crescente, a fonte e a realização de sua própria riqueza: a natureza e os homens.

Movido por estas preocupações, o filósofo húngaro István Mészáros, desde sua experiência pessoal na revolta húngara de 1956, contra a opressão soviética, iniciou uma investigação crítico-teórica sobre a transição ao socialismo no século XX, enfrentando as diversas questões filosóficas, políticas, econômicas e sociais necessárias à compreensão dos problemas que a experiência soviética legou aos revolucionários do presente e do futuro. A afirmação vigente de que “todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso”, tanto no Oriente como no Ocidente, depois do levante de 1956, na Hungria, com a “sangrenta repressão” do Exército Vermelho “(aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente)”, levou-o a reconhecer com clareza que “não apenas o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

Afirmando a validade atual do projeto socialista original e a necessidade de esse ser “complementado pelas evidências das circunstâncias históricas alteradas”, ao mesmo tempo, Mészáros alertava, a partir do que havia vivido e visto naqueles eventos húngaros,

que só se poderia permanecer socialista apesar e não por causa da União Soviética, ao contrário da maneira como muita gente no Ocidente tentou preservar suas convicções esquerdistas por delegação, abstraindo as condições de seus próprios países e ao mesmo tempo ficionalizando a realidade de seu proclamado modelo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 44).

Essa foi a motivação inicial para que, depois de anos de estudos e investigação histórico-teóricos, ele viesse concluir sua maior obra, *Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição*, publicada originalmente em 1995, na Inglaterra. Nessa obra, Mészáros

desenvolve o que já vinha anunciando, desde os anos 1970, como problemático no “socialismo” soviético: a permanência da alienação e a forma “inovadora” de reprodução do capital, com base na exploração material do trabalho por mediações políticas. Preocupações anteriormente explicitadas no *Marx e a Teoria da Alienação* (“escrito entre 1959-1969 e publicado em 1970”) e, em especial, na Parte IV- ensaios, no *Para Além do Capital*, escritos entre 1970 e 1990. Entre os ensaios mencionados podemos destacar “Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-revolucionárias” e “Divisão de Trabalho e Estado Pós-capitalista”, nos quais aparece a crítica contundente às bases materiais, ideológicas e políticas alienadas, mantidas a qualquer preço sobre os trabalhadores para a sustentação do Estado soviético. (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

Esses foram os mais importantes estudos de Mészáros a colocar sob exame crítico radical, sem restrições ideológicas e partidárias, o conjunto das concepções de revolução, de construção do socialismo e do comunismo, que alimentou a experiência soviética, sem colocar em questão a necessidade e a possibilidade históricas do socialismo nos termos antes elaborados por Marx e Engels.³ Muitos, antes, realizaram críticas parciais, outros não suportaram as “revelações” das desumanidades e alienações reproduzidas pelo “socialismo” soviético, abandonando a causa emancipatória do trabalho; outros foram impedidos pelo caráter repressivo e autoritário do Estado soviético de avançar na compreensão dos problemas identificados, por colocarem em xeque a veracidade da propaganda interna e externa do regime soviético, usada como alimento da esperança revolucionária dos trabalhadores em todo o mundo.

³ Mészáros não demonstra temor, ao atender à necessidade da crítica histórica e política radicais ao projeto soviético de socialismo, de que possa colocar em risco o projeto socialista em si. Considera que “a importância do projeto socialista é infinitamente maior do que a da antiga União Soviética. Ele foi concebido como um meio de superar o poder do capital muito tempo antes da existência da União Soviética e permanecerá conosco, numa forma adequada às circunstâncias históricas alteradas, muito tempo depois que o pesadelo stalinista estiver completamente esquecido. O desafio de ir ‘para além do capital’ por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito a toda a humanidade”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 45).

A posição crítica adotada por Mészáros desde o levante popular na Hungria vai conduzir o seu interesse em abordar de forma mais abrangente e profunda as contradições de toda natureza vividas pela experiência soviética, da concepção de construção do “socialismo em um só país”, alguns poucos anos depois da revolução de 1917, até seu período terminal no final dos anos 1980. Essa posição crítica possibilita-lhe inverter a ordem dos esquemas analíticos predominantes, em que os efeitos e as consequências ocupam a investigação crítica, sem que se revele a relação de causalidade, tanto objetiva (material e histórica, a produção e a distribuição da riqueza social), quanto no que se refere ao seu impacto subjetivo (a consciência de classe, o partido, o Estado, o genuíno controle operário) daqueles desenvolvimentos históricos.

Nosso propósito neste artigo é abordar o tema da burocracia e do Estado a partir da abordagem feita por Mészáros no *Para Além do Capital*, obra que sintetiza de maneira mais acabada sua crítica radical da Revolução de Outubro até o fim da sociedade soviética nos anos 1980, propondo-se a percorrer um caminho mais minucioso aos fundamentos e às raízes daquela experiência, na qual o Estado (e a burocracia do partido) assumiu papel tão proeminente e vital para a sustentação dos mais de 70 anos de “socialismo” soviético.

A simplificação com que o papel do Estado e da burocracia é tratado nas críticas mais conhecidas, como o fator determinante, no sentido causal, do fracasso do socialismo na União Soviética é rejeitada vigorosamente por Mészáros. Em uma entrevista, de 2013, ao ser perguntado sobre o “engessamento dos partidos políticos” (comunistas) e sua relação com a burocratização, ele argumenta que a “burocratização em si não explica nada, por que precisamos dizer algo sobre a burocracia, por que burocratização? Qual a sua causa?”. Na pergunta seguinte, ao mencionarem a importância dada por Trotsky à questão da burocratização, Mészáros reivindica o lugar em que este debate deve estar, pois, para ele, a primeira questão é determinar o que era aquele sistema social, qual relação social gerou entre produção e distribuição, entre trabalho e propriedade dos meios de produção, se havia sido superada toda forma de propriedade exclusivista, se a revolução e seus desenvolvimentos futuros foram capazes de superar o capital, ou criaram-se novas formas de relação-capital, portanto,

modificando a forma de exploração e o controle sobre o trabalho, sem a eliminação da divisão social e hierárquica do trabalho.

Assim é que, segundo nosso autor, se pode verificar, depois de décadas de “socialismo” soviético, que superar o capitalismo não significa superar o capital. Desafio não realizado pela experiência soviética, nem mesmo identificado como necessário por seus dirigentes ou analistas mais apaixonados. Os “partidos comunistas tradicionais”, segundo resposta formulada por Mészáros na mesma entrevista, “não falavam em superação do capital, falavam em abolição do capitalismo. Capital era um conceito que não entrava em suas cabeças.” Indica como exemplo o sistema soviético, no qual o capital “ficou dominando totalmente”, ao permanecer a “dominação estrutural do trabalho, isso é, o capital”. Por esta razão, qualifica o sistema soviético apenas como um sistema pós-capitalista, em outras palavras, um sistema em que foram abolidas as relações capitalistas, mas permaneceu o capital como a relação social predominante. (MÉSZÁROS, 2013, p. 21-22).

No mesmo contexto, ao retomar o tema da burocratização do Estado (extensível aos partidos comunistas), segundo Mészáros, devemos compreender que tal discussão não pode passar ao largo do que foi o sistema soviético em si, pois a burocratização tornou-se

uma parte orgânica do sistema do capital. O capital não pode funcionar sem aparelho burocrático. Isso não quer dizer que ao caracterizarmos nossos fracassos encontraremos a palavra mágica ‘burocratização’, ‘burocracia’. O que significa esse termo? Assim não significa nada, é necessário torná-lo tangível e bem definido. (MÉSZÁROS, 2013, p. 36).

Não há, para nosso autor, como seccionar o tema da burocratização do funcionamento e das relações estabelecidas entre capital, Estado e trabalho, o tripé que constitui as sociedades capitalistas e pós-capitalistas. O caso soviético é um exemplo histórico de enorme valor a se examinar, pois o aprofundamento em busca dos fundamentos e uma melhor identificação das razões de seu fracasso trazem enormes consequências para a futura realização da revolução e da emancipação do trabalho.

Dada a natureza e os limites de um artigo, faremos a seguir uma exposição introdutória da genuína, e sem dúvida desafiante, contribuição de Mészáros sobre essas questões.

2. O sistema do capital e suas personificações necessárias

O modo de produção capitalista só pôde se consolidar efetivamente, como sistema hegemônico de reprodução social, depois de três séculos de desenvolvimento da produção de mercadorias, instaurando as condições políticas e econômicas necessárias para que o valor que se autovaloriza, a transformação da mais-valia em capital, pudesse se expandir desimpedindo-se dos constrangimentos da economia natural e autossuficiente do antigo regime. Teve de suplantar as formas prematuras do capital comercial e usurário e alcançar sua enorme capacidade produtiva com a Revolução Industrial e a acumulação ampliada do capital— agora oriundo da produção, não mais nas formas anteriores obtidas na esfera da circulação de mercadorias. O valor de troca passa a dirigir a alocação dos meios de produção e da força de trabalho, subordinando a produção do valor de uso a seus objetivos de lucratividade.

Ainda que mercadorias, valor de troca e capital tenham existido, segundo Marx, muito antes do capitalismo, é apenas nele que estas relações assumem seu pleno desenvolvimento, mudando inclusive sua função na reprodução social. De atividades apenas marginais à reprodução da vida na Antiguidade e no Feudalismo, é no Capitalismo que o capital produtivo – produtor de valor— passa a interferir nas relações basilares do sociometabolismo entre o homem e a natureza. Ao submeter as próprias necessidades humanas e o valor de uso à lógica acumulativa do capital, ao separar os produtores dos seus meios de trabalho, ao alienar a propriedade de tradição feudal, passa a impor como condição de existência dos trabalhadores a venda de sua força de trabalho àqueles que, agora, possuem a condição de proprietários de capital e vivem da exploração do trabalho alheio.

Com a potência produtiva adquirida pelo trabalho industrial e o desenvolvimento alcançado das forças produtivas, esses novos proprietários dos meios de produção, os capitalistas, só podem se manter capitalistas enquanto forem capazes de preservar a relação-capital e a subordinação do trabalho assalariado, trabalho que põe capital, que produz capital. (MARX, 1983, p. 160-161). Capitalista, portanto, é definido como aquele que possui capital, condição de

classe adquirida e mantida pela reprodução contínua e incessante do capital.

Capital, portanto, é uma relação social que transforma o trabalho objetivado, alienado, em capital, provocando uma inversão entre sujeito e objeto, pois é apenas trabalho acumulado e não existe sem o trabalhador. Ao subordinar o trabalho a seus objetivos acumulativos da mais-valia produzida pelo trabalho produtivo, o capital usurpa do sujeito real da produção o poder de decisão e substitui as necessidades humanas por seus “próprios ditames e imperativos materiais cegos” de autovalorização. Para isso tem de manter total controle sobre a reprodução social e exercer um comando absoluto sobre o trabalho, constituindo-se como um modo de completo controle sobre o intercâmbio sociometabólico do homem com natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 432).

Tanto o capitalista como o trabalhador assalariado encontram-se submetidos aos ditames da autovalorização do capital, cujo único objetivo é extrair da maneira mais eficiente possível o trabalho excedente. Desempenham diferentes funções econômicas no modo de controle do capital. Assim, citando Marx, Mészáros ressalta que “o dono dos bens se torna um capitalista, *capital personificado*, e o trabalhador, *mera personificação do trabalho para o capital*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 205).

O trabalho se transforma em um mero fator de produção, submetendo e alienando sua subjetividade, que só pode ser considerada em total antagonismo às necessidades do capital, pois submete o trabalho a uma dependência férrea à relação-capital e ao papel a ele imposto pela divisão social hierárquica do trabalho, como condição à reprodução de sua existência.

O capitalista é o pseudosujeito que toma as decisões necessárias ao modo de controle do capital, fazendo a “mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos, como ordens conscientemente exequíveis, sobre o potencialmente mais recalcitrante sujeito real do processo de produção” – o trabalho, o verdadeiro produtor de valor. (MÉSZÁROS, 2002, p. 126). Tem de submeter, como também o trabalhador assalariado, seus desejos e vontades aos imperativos acumulativos do capital, o qual está efetivamente no controle do sistema. Para Mészáros, os capitalistas são

chamados a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – (...) – só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente do seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 216).

A condição de capitalista não é definida, enquanto possuidor de propriedade, por uma relação jurídico-legal, mas sim pela função que desempenha na reprodução da relação-capital, enquanto modo de controle social que impõe a sujeição do trabalho vivo. O capital apenas se expressa na propriedade, mas não tem nela sua origem. O capital não é uma “entidade material” ou um “mecanismo neutro” que possa estar na posse de um ou de outro indivíduo aleatoriamente.

Da mesma forma, o seu modo de controle pode assumir as formas históricas mais variadas, mantidas as condições objetivas de sua reprodução ampliada – o trabalho vivo submetido à extração do trabalho excedente e à posse dos meios de produção por uma personificação do capital. O que não quer dizer necessariamente por um capitalista. Mézáros pôde desenvolver com mais profundidade estes princípios, já presentes em Marx, uma vez que o capital não está condicionado à forma capitalista do modo de controle sociometabólico. O capital não se reduz à forma capitalista e pode sobreviver a ele, reproduzindo-se em outras formações sociais. Novas personificações do capital podem ocupar a função do capitalista. Assim é que, para Mézáros, ao

remover os capitalistas da estrutura de tomada de decisões de um país – isoladamente ou em muitos deles – o *comando sobre o trabalho* não é, *ipso facto*, restituído ao trabalho. O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada: uma relação cuja recíproca obviamente não é verdadeira. Em outras palavras, seria absurdo sugerir que sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um Sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 718).

Os desenvolvimentos históricos do século XX, provocados pelas contradições do sistema do capital e suas crises em nível

mundial, trouxeram a atualidade e a necessidade da superação do modo capitalista de reprodução social, expressa na eclosão do processo revolucionário, em 1917, na Rússia. A construção do “socialismo” soviético, nos escombros do regime czarista e da economia semifeudal que ali predominava, enfrentou condições históricas mundiais bastante adversas a uma revolução mundial, condição vital e necessária, nos termos postos por Marx e Engels, à realização do socialismo verdadeiramente igualitário. Mészáros se dedicou a analisar a experiência soviética e a identificar as medidas superadoras do capitalismo propostas pelos revolucionários de 1917 e seu Partido; se estas colocavam as bases sustentáveis para as transformações estruturais necessárias à efetiva libertação do trabalho e a sua retomada do poder de decisão sobre a vida social, usurpado pelos velhos poderes políticos e econômicos.

Quando Mészáros escreve os primeiros textos que compõem o *Para Além do Capital*, já haviam se passado mais de 50 anos da Revolução de Outubro, e, portanto, da construção do “socialismo” na Rússia e nos demais países sob sua influência. Ele encontra elementos suficientemente consolidados pelo novo poder revolucionário para afirmar que surgiu ali uma “forma mutante de controle do capital”, que através dela se havia superado o capitalismo, mas não o capital. Pôde observar que surgiu “na Rússia pós-revolucionária, (...) uma nova forma de ‘personificação do capital’, que poderia operar um ritmo forçado de extração do trabalho excedente em nome da revolução e para o propósito declarado da necessária ‘acumulação socialista’”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 81).

Como vínhamos argumentando de acordo com Mészáros, a mera apropriação jurídico-legal da propriedade privada individual - a “expropriação dos expropriadores”-, sem que se eliminem as bases do sistema orgânico do capital, e as condições de sua reprodução e acumulação por meio da exploração do trabalho excedente favorecem a reconstituição do capital por meio de novas mediações, personificações do capital e personificações do trabalho. Mesmo com tais mediações diferentes das formas conhecidas no capitalismo, o capital, e tudo que esta relação social implica, mantém-se como a mediação primária dominante na produção e reprodução sociais da sociedade soviética.

Mészáros constata que o que o “socialismo” soviético

pode realizar por si é mudar o tipo de personificação do capital, mas não a necessidade de tal personificação. Como ficou demonstrado, não apenas pela significativa continuidade do pessoal de comando da economia e do Estado nas sociedades pós-revolucionárias, mas também pelos movimentos de restauração pós-soviética em toda a Europa oriental, frequentemente o pessoal pode permanecer o mesmo mudando, por assim dizer, apenas a carteira de filiação ao partido. (MÉSZÁROS, 2002, p. 599-600).

Nestas novas condições históricas, a despeito do desejo e da dedicação mais honesta dos revolucionários envolvidos na construção do “socialismo” soviético, impõe-se inexoravelmente a relação alienada de produção das condições materiais da existência social, que volta a subordinar os desejos subjetivos e as ações objetivas sob a ordem do capital, nas sociedades capitalistas e nas sociedades pós-capitalistas, como a forma mais eficiente de produção de riqueza, resistindo a toda tentativa revolucionária de controlá-lo.

Novamente recorrendo a Marx, nos Grundrisse, Mézáros retoma a ideia da completa contradição em que se baseia este sistema orgânico, ainda que eficiente, incontrolável:

assim como o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como *algo estranho*, ele se relaciona com a combinação do trabalho como uma *combinação estranha*, como também com o seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença, *é alheio a ele e dele é roubado*. ...*Capital*, portanto, é a existência do trabalho social – a combinação do trabalho *como sujeito e também como objeto* –, mas *esta existência existe independentemente e oposta a seus momentos reais* – consequentemente, ela própria é uma existência particular isolada deles. Por sua parte, o capital aparece, então, como o *sujeito predominante* e dono do *trabalho alienado*, e sua relação é ela própria uma *contradição* tão completa como o é a do trabalho assalariado. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 972).

Assim é que todas as medidas utilizadas na experiência soviética para colocar o capital sob domínio dos trabalhadores (ou do “governo dos trabalhadores”), sem eliminar a relação sobre a qual se sustenta e reproduz, mantendo-se a divisão hierárquica do trabalho, constituindo-se novas personificações do capital (não mais proprietários privados individuais, mas, enquanto membros substituíveis pelo partido, proprietários coletivos) e personificações do trabalho (não mais mercadorias “livres”, mas alocadas pelo planejamento centralizado), resulta em uma sociedade em que a exploração do trabalho se dá pela via da direta dominação política do Estado, que assegura o comando do capital

sobre o trabalho, e não mais por vias econômicas, por meio da compra do trabalho assalariado enquanto mercadoria, como no capitalismo.

Havendo capital, a divisão hierárquica estrutural do trabalho, a separação entre produção e controle, a função de sua personificação, ainda que coletiva (pois exercida pelos membros do Partido), não deixa de reproduzir um “valor egoísta”,

com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *autoexpansão*, com uma *vontade* própria (sem a qual não poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo); uma vontade, não no sentido do “capricho individual”, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si (...).(MÉSZÁROS, 2002, p. 720).

De acordo com o que vimos argumentando neste artigo, a nova personificação pós-capitalista do sistema do capital soviético vai exercer sua função social tendo por finalidade promover a expansão do capital e a “acumulação socialista”. Para isso a subordinação do “trabalhador socialista” passa a ser exercida através do “comando inquestionável do burocrata de tipo soviético”. Da mesma forma que no capitalismo, ao dar origem ao capitalista, é o capital que dá origem à forma de personificação pós-capitalista mais adequada à extração política do trabalho excedente, necessária à “acumulação socialista”. A relação causal vai do capital à sua personificação, neste caso, o burocrata do Estado soviético (ou do Partido), que só realiza sua competência ao controlar o processo objetivo da reprodução em nome do próprio capital. Mészáros, com outras palavras, chama a atenção à importância desta relação causal a fim de compreendermos os elementos de continuidade do sistema do capital presentes na “forma mutante de controle do capital” (*Changing Form of the Rule of Capital*) sobre o “trabalho socialista”:

é importante sublinhar aqui que não é o burocrata que produz o perverso sistema do capital de tipo soviético, por mais que ele esteja implicado em sua desastrosa condução, mas, antes, a forma de capital pós-capitalista herdada e reconstituída faz emergir sua própria personificação na forma do burocrata como o equivalente pós-capitalista do antigo sistema do capital orientado-para-a-extração-econômica que deu origem ao capitalista privado. (MÉSZÁROS, 2001, p. 720).

Assim é que todas as formas conhecidas da relação-capital plenamente desenvolvida, inclusive a pós-capitalista de tipo

soviético, são constituídas de quatro elementos que caracterizam o “sistema orgânico do capital”, sendo “compatíveis com todos os tipos de transformações parciais sem que isso altere sua substância”. São eles:

- 1) a *separação* e a *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho;
- 2) a *imposição* de tais condições *objetivadas* e *alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*;
- 3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade;
- 4) a equivalente *personificação do trabalho* (isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital). (MÉSZÁROS, 2002 ,p. 721).

Até aqui temos acentuado o que caracteriza todo o sistema orgânico do capital, com base na afirmação seminal de Mézszáros de que o capital sobrevive à formação social capitalista, uma vez que ele se reconstitui em condições alteradas e recoloca em ação os elementos vitais à relação-capital, as personificações do capital e as personificações do trabalho como se verificou nas sociedades pós-revolucionárias de tipo soviético. Vimos como na sociedade soviética a personificação do capital exercia sua função no interior da economia centralmente planejada através da burocracia do Estado, personificação do capital que passa a exercer todas as funções de regulação e gestão da produção e reprodução sociais, e, em especial, do controle sobre a extração do trabalho excedente politicamente imposta à força de trabalho – a personificação do trabalhador “socialista”.

Com a regulação da reprodução social, em sua totalidade, sendo agora exercida por mediações políticas e a prescindir do mercado capitalista – esfera das trocas com base na relação “livre” entre possuidores de mercadorias –, o Estado (e a burocracia) exige especial atenção na conjunção articulada entre o capital e o trabalho, partes elementares da reprodução sociometabólica.

Devemos nos voltar a seguir, de forma mais detida, à análise feita por Mézszáros sobre como o “modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma autoritária de administrar (...) do *topo para a base*”, no nível mais geral e nas unidades de

produção. Como este poder exercido sobre o trabalho, excluído dos processos de tomada de decisão sobre sua vida social, conjugasse com o papel do Estado, enquanto a “estrutura de comando totalizante do capital”, e exerce, com a ajuda da burocracia, a função de controle sobre as forças centrífugas atuantes no sistema antagonicamente estruturado do capital, acentuando seu caráter autoritário nas sociedades pós-capitalistas. A necessária “relação de autossustentação recíproca” do sistema orgânico do capital entre Estado, capital e trabalho põe a questão de que só poderiam “ser eliminados simultaneamente, como resultado de uma transformação estrutural radical de todo o sociometabolismo”. O que no longo prazo implica a “‘transcendência/superação’ do próprio capital (e não apenas do capitalismo), do Estado em todas as suas formas (e não apenas do Estado capitalista) e da *divisão do trabalho* (e não apenas do trabalho assalariado)”.(MÉSZÁROS, 2002, p.929/27/576-577)

A investigação sobre a função social do Estado e como oferece seu auxílio às formas de controle do capital sobre o verdadeiro produtor – o trabalho - assume enorme importância, ainda mais quando constatamos que a trajetória da revolução russa se viu cada vez mais confinada à esfera política, necessitando de um fortalecimento vital do Estado para sua sustentação, ao invés de seu fencimento, conforme indicado por Marx. Esse fato adiciona um problema ainda maior à análise crítica da experiência soviética e das suas “realizações” no sentido do socialismo por meio de um Estado autoritário, que se fez onipresente em todas as esferas da vida social.

3. Função social do Estado e o papel da burocracia

Mészáros, em consonância com a análise das determinações ontológicas que constituem uma dada reprodução da relação capital-trabalho, dá especial atenção à esfera política – o Estado. O Estado do sistema do capital (capitalista ou pós-capitalista) é extremamente necessário para fornecer as garantias políticas ao pleno funcionamento da extração do trabalho excedente, cumprindo um importante papel coesivo diante das contradições sociais resultantes da separação entre produção e controle sobre a

reprodução da vida social. Torna-se, por meio da política, “um complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas”, sustentando o “domínio da parcialidade” de uma classe “sobre a sociedade como um todo”.(MÉSZÁROS, 2002. p. 568).

O Estado, enquanto comando político do capital, esfera separada das demais funções de comando direto sobre o trabalho exercidas nas unidades produtivas individuais, tem por objetivo proteger permanentemente a produtividade do sistema, retificando de todas as maneiras necessárias a falta de unidade que caracteriza os defeitos estruturais do sistema do capital, provocados, fundamentalmente, pela separação antagônica entre a produção e o controle direto pelos verdadeiros produtores. Por serem os verdadeiros produtores, todavia alienados do controle sobre as condições objetivas que determinam suas vidas, desafiam permanentemente toda forma de subordinação, seja de natureza política, seja de ordem econômico-material; armam-se de uma obstinada resistência como defesa contra a impositiva subordinação estrutural do trabalho ao capital.(MÉSZÁROS, 2002, p. 95-105).

A divisão social hierárquica do trabalho cumpre um papel indispensável na garantia do controle das forças que possuem o poder de decisão sobre a produção e a distribuição, seja pela mediação política (sociedades pós-capitalistas), seja pela econômica (sociedade capitalista). Nas sociedades pós-capitalistas, no decurso do processo de transição após a Revolução de Outubro de 1917, o poder dos soviets foi substituído (e aqui não cabe resgatar as razões -ou justificativas históricas) pelo acentuado poder centralizado no Partido, e deste pelo poder político exacerbado do Estado soviético.

Os desenvolvimentos históricos possíveis àquela altura da revolução russa não permitiram que se avançasse o suficiente na restituição do poder de decisão sobre a vida social aos reais produtores, assegurando, em novos moldes, a preservação da divisão hierárquica do trabalho, “com sua estrutura de comando autoritária” e a instituição de maiores poderes políticos ao Estado revolucionário. Este passa a desempenhar o papel de proprietário coletivo dos meios materiais de reprodução social, bem como de portador de todas as mediações políticas para que a “acumulação socialista” pudesse seguir sem obstáculos externos – como

também internos – provocados por sua própria classe trabalhadora. Com a destituição do mercado como espaço de realização das trocas, conforme a antiga ordem capitalista, e a ausência de formas autodeterminadas do trabalho associado nas funções sociometabólicas vitais, a estrutura de comando autoritária, que parecia reservada apenas às fases iniciais da transição socialista, tornou-se condição de possibilidade para a sobrevivência do Estado soviético. (MÉSZÁROS, 2002, p. 865-866).

Somente a remoção das classes possuidoras do velho regime, permanecendo as determinações materiais do metabolismo social do sistema pós-capitalista do capital e preservando-se, essencialmente, a estrutura de produção e de divisão hierárquica do trabalho, não é suficiente para alterar o modo de funcionamento do sistema pós-revolucionário. Novas personificações irão ocupar o “vazio” deixado pela classe dominante do passado. Tal “vazio”, de acordo com a análise de Mézáros,

criado pela destituição da classe dominante e de suas instituições deve, mais cedo ou mais tarde, ser preenchido pelo que se costuma chamar (superficialmente) de “burocratização”, para reconstituir o funcionamento “normal” (isto é, herdado do metabolismo social não-reestruturado, de acordo com a divisão social do trabalho prevalente. Esta última, seguindo a “linha de menor resistência” logo após uma crise importante, continua a suprir as exigências elementares (assim respondendo com êxito aos imperativos estruturais objetivos) deste metabolismo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1040).

A compreensão dos desafios da transição volta-se apenas à sua esfera política, não se considerando que as novas formas de reestruturação política desenvolvem-se orientadas pelas necessidades das formas cambiantes de controle da relação capital-trabalho, que caracterizam as sociedades pós-revolucionárias e sua “acumulação socialista”. O Estado, o controle político, como o lócus superdimensionado da defesa da revolução, tendo de controlar a reprodução social sob uma base material herdada, na qual a propriedade exclusivista pôde apenas mudar de mãos, teria de atuar com eficiência, ainda que mediante a negação progressiva do caráter originário da revolução socialista – a autoadministração do corpo social pelos trabalhadores livremente associados.

Na impossibilidade de se concretizar o princípio orientador de uma transição socialista - o fenecimento do Estado - , apontado por Marx como condição para a progressiva restituição do poder

de decisão sobre o metabolismo social para os livres produtores associados, dadas as condições particulares da revolução na Rússia czarista, ao contrário, cobrou um papel ainda mais vital a ser ocupado pelo Estado revolucionário, burocratizado e centralizador. Isso não se deve, como alerta Mészáros, apenas ao fato de a maior presença centralizadora do Estado sinalizar a “continuação da divisão do trabalho, mas também o apogeu hierárquico do seu sistema de tomada de decisão”.

O domínio a ser exercido

sobre todo o processo de transformação em andamento”, ao invés de “destruir, a divisão social estabelecida do trabalho, da qual o próprio Estado pós-revolucionário – em virtude de seu papel estratégico – vem a constituir a dimensão mais privilegiada. Aqui, uma vez mais, podemos observar que a controvertida questão dos “privilégios burocráticos” não é simplesmente uma questão do pessoal envolvido, mas, acima de tudo, da conservação pelo Estado de funções objetivamente “privilegiadas” – isto é, estrategicamente vitais – no sociometabolismo geral. O exercício destas funções estrategicamente privilegiadas por um órgão separado, por sua vez, tende a encontrar seu equivalente subjetivo no escalão dos “funcionários do Estado burocratizado”, na ausência de uma forma alternativa de controle social baseada em um envolvimento de massa sempre crescente e verdadeiramente ativo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1060-1061).

O “controle burocrático centralizado” terá de impor de cima para baixo o cumprimento dos imperativos acumulativos da extração de trabalho excedente, agora realizada por um tipo de controle sobre o trabalho que é dissimulado politicamente na figura do planejamento e da alocação de recursos centralizados operados pelo Estado em nome dos trabalhadores. É inescapável, segundo nosso autor, que

enquanto, por um lado, a sociedade pós-capitalista reviver a divisão estrutural do trabalho e sua relação de troca orientada para produtos (mesmo que não mercantilizada), ela apenas poderá dar origem a uma economia dirigida e controlada burocraticamente, e este tipo de controle, por outro lado, apenas reforça a divisão estrutural hierárquica do trabalho e a forma correspondente de distribuição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 885).

Para os trabalhadores, alijados do processo decisório sobre as questões vitais do sociometabolismo, restou obedecer e cumprir as metas produtivas centralmente determinadas. Sob o uso de fortes meios de coerção para contornar a resistência renitente do trabalho, o desenvolvimento da produção e distribuição de tipo

soviético teve de enfrentar um enorme conjunto de problemas reprodutivos, os quais de alguma forma colocaram barreiras inibidoras à produtividade crescente que tal o sistema soviético do capital necessitava para existir.

No interior desse sistema se repôs uma forma de “alienação ‘socialista’”, em que a sociedade passa a ser “administrada pelo novo tipo de ‘personificações do capital’, os burocratas do partido do sistema pós-capitalista do capital, cuja função primordial é impor ao novo tipo de ‘personificações do trabalho’ (os ‘trabalhadores socialistas’)”, mediante a extração política do trabalho excedente, os “imperativos de um sistema reificado e fatalmente alienador de reprodução sociometabólica.” (MÉSZÁROS,2002, p. 866/206).

O efeito produzido sobre o trabalhador por esta forma de imposição administrativa autoritária e hierárquica no local de trabalho, somando ao fato de que ele “permanece dominado pela alienação tanto no sentido de ser regido por um poder estranho de tomada de decisões como pelo fato de que os frutos do trabalho excedente são dele alienados” (MÉSZÁROS, 2002, p.747), leva-o a provocar entraves na capacidade produtiva *a priori* planejada, gerando a

“*anarquia do lugar de trabalho*”, que aparece na forma de trabalho adicional além das horas normais, no desperdício de material e de tempo, na baixa motivação para aprender habilidades novas e mais desenvolvidas e no exercício negligente da habilidade produtiva até mesmo em seu mais baixo nível etc. Por outro lado, como corolário e remédio ilusório, aparece a intensificação contraproducente do controle burocrático centralizado do qual o sistema stalinista representa um exemplo histórico particularmente agudo e trágico. (MÉSZÁROS,2002, p. 866).

Mészáros chama a atenção para os impactos negativos que a substituição de algumas instituições vitais ao funcionamento do capitalismo provoca em uma sociedade pós-capitalista. Afirma que “a remoção dos *limites disciplinares internos* do capitalismo – que definem sua própria *racionalidade justificadora* em termos de bom *desempenho no mercado* – não pode ser enfrentada por meio do controle político autoritário, nem na sociedade como um todo, nem em suas unidades produtivas particulares”. Dessa forma, “a intensificação (...) do controle burocrático centralizado” acabou por tornar-se “contraproducente”, acentuando, no longo prazo, “as dificuldades e os fracassos” como a “consequência necessária

da relação estrutural *conflitante* entre produção e controle, produtores ‘indisciplinados’ e administração ‘socialista’.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 865-866).

A solução para tais contradições levou ao progressivo fortalecimento do Estado pós-revolucionário, “que não ocorre simplesmente em relação ao mundo exterior (...), mas sobre e contra a força de trabalho”, garantindo, dessa forma, a realização da “máxima extração politicamente regulada do trabalho excedente”. Assim é que, segundo nosso autor, “esse fortalecimento se transforma numa perversa necessidade estrutural, e não em uma ‘degeneração burocrática’ facilmente corrigível a ser retificada no plano político graças a uma nova ‘revolução’ política.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 601).

4. Considerações Finais

Com base na clara posição crítica de Mézáros a respeito da burocracia e do Estado soviéticos, os quais colaboraram de forma indelével para os desenvolvimentos históricos que levaram às crises da União Soviética⁴, e a seu fim em 1991, deve-se evitar o perigo de se atribuir uma identidade entre trabalhadores “socialistas” e Estado soviético, e a possibilidade de realização da igualdade real exigida pelos livres produtores associados, no contexto do “socialismo num só país”.

De outro modo, é comum mesmo para aqueles que admitem os erros históricos cometidos, em algum grau e profundidade, contra

⁴ Referindo-se ao papel dos dirigentes soviéticos que se propuseram a “reestruturar” o sistema stalinista (de Krushev a Gorbachev) e sua responsabilidade nestes desenvolvimentos históricos, Mézáros (2002, p. 43) afirma que estes “não poderiam pretender que a estrutura estabelecida fosse reestruturada a menos que preservassem sua característica global de estrutura hierárquica, já que eles mesmos ocupavam, como se por direito de nascença, os mais altos escalões. E, por meio de seu empreendimento, em si contraditório, de “reestruturar” *sem mudar a própria estrutura* como encarnação da divisão hierárquica do trabalho social (exatamente como a social-democracia desejava *reformular o capitalismo sem alterar sua essência capitalista*), eles condenaram o sistema soviético a tropeçar de uma crise a outra”.

os trabalhadores do “socialismo” soviético, que esses não foram tão danosos assim, pois se impunha o sacrifício necessário para se sustentar a primeira revolução socialista do séc. XX, em benefício dos próprios trabalhadores. Adicione-se a isso a justificativa da necessidade extrema de defender-se do cerco do capitalismo internacional. Todas essas alusões são usadas comumente como atenuantes da tragédia em que resultou o “socialismo” soviético, com o retorno final, depois de décadas, ao capitalismo. Retorno esse, desde Stalin, que contou com a ajuda inestimável dos representantes da burocracia (personificações do capital na sociedade pós-capitalista) do Estado soviético, ao se reintroduzir o critério de eficiência econômica, a rentabilidade capitalista e as relações mercantis por meio das “reformas mercadizantes” do “socialismo de mercado” e da “restauração do capitalismo sob o controle de um estado forte”. Mas não sem antes se eliminar toda a oposição⁵ e se utilizar das “vantagens” do “socialismo de mercado” como justificativa para as “piores décadas de repressão stalinista”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 960-963).

Mészáros é muito contundente na avaliação da postura daqueles que defendem acriticamente esta valiosa, mas fracassada, experiência histórica. Afirma que não

é possível levar a sério, mesmo momentaneamente, a sugestão autojustificadora de que o poder político do Estado pós-revolucionário é mantido – de fato, intensificado – em função de uma determinação puramente *internacional*, em que a repressão política é aplicada como uma consequência necessária do “cerco” e como a única forma possível para a defesa das realizações da revolução contra a agressão e o seu complemento: a subversão interna. Como a história recente testemunha de forma eloquente, “o inimigo interno e externo” como explicação da natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias é uma doutrina perigosa que substitui a parte pelo todo, transformando uma determinação parcial em grosseira justificativa *a priori* do injustificável – a violação institucionalizada dos direitos e valores socialistas mais elementares. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1013).

⁵ A reconstituição do capital sob uma forma modificada de controle na sociedade soviética pós-revolucionária explica como “apesar de seu radicalismo verbal, o sistema stalinista refletia em detalhes, à sua própria maneira, a estrutura de comando do capital, liquidando, junto com incontáveis militantes que tentavam permanecer fiéis à busca originalmente pretendida de emancipação, até a memória dos legítimos objetivos socialistas”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 43).

Como também, não segue aqueles que fazem a crítica ao sistema soviético priorizando a questão da “burocratização”, da “degeneração”, do “substitucionismo”⁶ como elementos causais do fracasso do “socialismo” soviético. Contentar-se com esta abordagem dos problemas enfrentados significa acreditar “numa solução ilusória, explícita ou implícita; ou seja, que a simples derrubada dessa forma política e a substituição de burocratas do partido por revolucionários dedicados reverterão o processo, esquecendo que os acusados de burocratas do partido foram também, no seu tempo, dedicados revolucionários”. Servem-se, muitas vezes, de argumentos explicativos que esbordam para a “psicologia individual”, o que pode apenas, segundo Mészáros, nos dizer por que alguns indivíduos se prestaram a esse papel com mais aptidão do que os demais, mas não revela as “estruturas objetivas” e os “ditames materiais” que se impuseram sobre estas dadas formas políticas de dominação e favoreceram, no tempo, seu desenvolvimento⁷. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1024).

Tal preocupação, de nosso autor, reaparece quando nem mesmo

o abrangente termo mágico ‘burocratismo’ – que cobre quase tudo, inclusive a avaliação de sistemas sociais qualitativamente diferentes, abordados de pontos de vista opostos, de Max Weber a alguns seguidores de Trotsky – oferece uma explicação significativa sobre a natureza do poder político nas sociedades pós-revolucionárias, já que aponta apenas para algumas aparências óbvias, enquanto deixa de lado as suas causas⁸. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1013).

⁶ Ao evitarem ir às verdadeiras causas do fracasso do sistema soviético, tais críticos transformam essas caracterizações pessoais, ou do Partido, como o alvo principal da crítica necessária, e, portanto, supõem que a substituição dos burocratas do Partido por “revolucionários dedicados” poderia não só corrigir o problema, mas evitar que ele se repetisse. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1023-1024).

⁷ Em outro lugar, Mészáros(2002, p. 1040) acrescenta que “a hierarquia e a dominação são imperativos materiais e estruturais evidentes de determinadas formas da divisão do trabalho, a partir das quais também se articulam de maneira semelhante no plano político”.

⁸ Mészáros faz referências críticas também a Lukács, que, mesmo tendo se preocupado em diversos momentos com a questão da burocratização e da ossificação do Partido, jamais investigou “as profundas razões objetivas, que explicam como se tornou possível terminar com a reversão completa das expectativas socialistas originais”. Lukács “se limitou a condenar a

O mais importante é compreender como foi possível “a transformação da forma política transitória em uma ditadura exercida também contra o proletariado (apesar da intenção democrática original)”. E não se perder em ilusões desnorteadoras restringindo a atuação das personificações do capital nas sociedades pós-capitalistas e o desempenho do Estado autoritário e burocrático soviético a meras condenações individuais (a despeito de suas escolhas pessoais e da responsabilidade sobre os efeitos histórico-sociais, muitas vezes trágicos, de seus atos), as quais confinam as alternativas viáveis à esfera política, como se a “substituição de um ‘burocrata’ por um ‘líder político iluminado’” resolvesse os problemas identificados.

Mészáros alerta para o fato de que,

se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da “burocratização”, eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do “pessoal burocrático” deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do “capitalista solícito”, se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital “capitalista avançado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 565/98).

O mais relevante nestas questões é perceber que a própria política, enquanto dominação de uma particularidade que se coloca como expressão de uma universalidade usurpada, propondo-se a realizar o interesse de todos (como o Estado soviético em nome dos trabalhadores “socialistas”), em acordo com a concepção de política de Marx, “*usurpa* o poder social de decisão que ela *substitui*”. A política socialista (no período da transição), nesse sentido, deve “restituir”, mesmo nos menores passos, “os poderes usurpados” ao corpo social, pois do contrário “necessariamente *reproduz*, de uma nova forma, o ‘substitucionismo burocrático’ herdado”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 568/571).

A política socialista, em situações futuras, tendo em vista as lições históricas extraídas das tentativas de construção do socialismo, torna ainda mais premente que se siga “o caminho aberto por Marx – *do substitucionismo à restituição* – ou deixa de ser

“burocratização” e os métodos stalinistas de “rude manipulação” (nenhum dos quais pode ser considerado uma explicação causal séria), (...) [o que] não altera o fato de que a perversão reconhecida dos ideais socialistas foi um golpe terrível na perspectiva positiva lukácsiana”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 495).

política socialista e, ao invés de ‘abolir a si própria’ no processo, transforma-se em autoperpetuação autoritária.” (MÉSZÁROS, 2002, p.571)

Reafirmando a necessidade da revolução proletária como alternativa à ordem hegemônica do capital, Mézárós conclama pela urgência de se elaborar uma teoria da transição que possa compreender as determinações histórico-concretas e subjetivas que levaram aos fracassos enfrentados pela construção do socialismo desde o início do século XX. Afirmar que sem

um exame rigoroso das décadas intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas – o projeto socialista não pode renovar-se. Este é o problema que todos os socialistas devem enfrentar no futuro previsível. (MÉSZÁROS, 2002 p. 43-44).

Mészáros procura atender a essa necessidade sem concessão a apologias icônicas da Revolução de Outubro, sem blindar o debate necessário por temor da crítica burguesa e reacionária, e sem fugir à crítica radical que esse passado exige dos revolucionários de todo o mundo.

Referências Bibliográficas

MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002 .

_____. Revista Novos Temas , nº 8. Entrevista. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2013.

MARX, K. O Capital – Livro 1 – volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.